atitudes do leitor perante o anarco-sindicalismo. E por fim diga-se que os documentos e o material doutrinário contidos neste livro, encerram, ainda que porventura apenas em «estado prático», elementos que não nos parecem favorecer certos juízos, como aquele que no livro é atribuido a V. de Magalhães VILHENA, segundo o qual o sindicalismo revolucionário padeceria de «primitivismo ideológico». Existe uma coerência ideológica nas posições assumidas pelo autor, coerência que não implica, aliás, subordinação aos «clássicos», como o demonstra, por exemplo, a rejeição do (intelectual) anti-intelectualismo de Sorel, ou do seu princípio de auto-suficiência do sindicalismo. Já para não falar na não existência de qualquer mística milenária da violência, ou do papel criador da «negatividade» (tão caros a esses «clássicos» como Sorel, Bakounine, etc.).

Sérgio Lopes

SAMUELSON, Paul, dir. — *L' Avenir des Relations Économiques Internationales* — Calmann-Lévy, Paris 1971, 366 pp.

Esta obra colectiva preparada por Paul SAMUELSON, prémio Nobel de economia, com prefácio e bibliografia selecionada por Robert MOSSÉ, reune nove contributos principais aos quais se juntam as análises críticas de que aqueles foram objecto quando da realização do congresso de Montréal (1968), organizado pela Associação Internacional das Ciências Económicas. São-nos apresentados, desta forma, de uma maneira detalhada, múltiplos aspectos do pensamento ocidental contemporâneo acerca da teoria do comércio internacional quando relacionada, em particular, com quatro dos problemas maiores do nosso tempo: o subdesenvolvimento, as relações Este-Oeste, a criação de grandes espaços económicos e a reforma do sistema monetário internacional.

P. SAMUELSON trata, de uma maneira assaz original, do trajecto percorrido pela teoria do comércio internacional principalmente nos últimos trinta anos; H. MYINT consagra o seu estudo ao comércio dos países em vias de desenvolvimento; H. G. JOHNSON estuda as tendências mais recentes daquela teoria; G. OHLIN e A. MARCHAL apresentam, o primeiro algumas das particularidades de um mundo sem «laissez-faire» e, o segundo, dá uma visão de conjunto das vantagens que resultaram para os países membros de se terem constituído no Mercado Comum (CEE); e, enquanto T. S. KHACHATUROV, A. NOVE e I. VAJDA pretendem dar conta daquilo que julgam ser as possíveis linhas nas relações futuras entre o Este e o Oeste, T. SCITOVSKY analisa as dificuldades crescentes da liquidez internacional que exige a reforma imediata dos mecanismos de reajustamento que, como se sabe, se têm mostrado impotentes, nos últimos anos para enfrentar e resolver as sucessivas crises do sistema capitalista mundial.

De entre a vastidão de problemas que são tratados nesta obra alguns há que assumem particular importância. Por exemplo a quem estiver interessado em saber a que papel parece pretender-se remeter os chamados países subdesenvolvidos, basta que se esteja atento à forma como se apoiam os investimentos directos estrangeiros no mundo que «(...) chamam novos factores produtivos, que introduzem técnicas avançadas e fomentam o progresso do saber (...)», e não se perca de vista que a tentativa de «integrar» esses países no contexto capitalista internacional prevê formas de «ajuda» que ultrapassando já os esquemas tradicionais apontam para soluções que visam a criação e utilização de um «serviço social mundial» que tenha por função reduzir as grandes disparidades económicas entre países. No que se refere ao importante problema da crise do sistema monetário internacional, SCITOVSKY, depois de propôr um sistema de reservas com carácter universal (onde a totalidade das nações deteria um mesmo tipo de reserva), situa-o dentro de pressupostos metodológicos de bastante actualidade, opondo-lhe de seguida algumas objecções, para constatar que, a nível internacional, as autoridades monetárias nem sempre conseguem ultrapassar o obstáculo dos seus interesses tendendo a actuar desarticuladamente. Aliás, quando da realização do debate neste campo, verificou-se que enquanto os representantes que exerciam cargos oficiais defendiam um sistema rígido de razões de troca, os teóricos recomendavam

sistemas móveis, o que levava o autor da comunicação a pensar que uma verdadeira «reforma do sistema monetário internacional» só se conseguirá se, em paralelo (com algum atraso já se vê), se operar uma verdadeira «reforma de mentalidades».

Numa leitura que se exige «não-inocente» desta obra, fica-se com a ideia nítida de que uma vez afastada a teoria clássica do comércio internacional e reconhecidas as dificuldades crescentes da teoria dos grandes espaços económicos no seu estádio actual em se «adaptar» aos interesses dos grandes grupos económicos internacionais, se está a assistir à reformulação do objecto teórico das «relações económicas internacionais» numa base em que o papel da «empresa multinacional» será cada vez mais acentuado.

José Manuel Rolo

VARIOS — *A Indústria da Cultura* — Lisboa, Editora Meridiano, 1971.

Autores e títulos dos textos incluídos no volume:

Umberto ECO — «Introdução»;
Daniel BELL — «Modernidade e Sociedade de Massa: variedade da experiência cultural»;
Dwight MACDONALD — «Massicultura e Medicultura»;
Edward SHILS — «A Sociedade de Massa e a sua cultura»;
Clement GREENBERG — «Vanguarda e Kitsch»;
Leo LOWENTHAL — «Perspectivas históricas da Cultura Popular»;
Paul F. LAZARSFELD e Robert K. MERTON — «Comunicação de Massa Gosto Popular e Acção Social Organizada».

Durante os anos cinquenta assiste-se nos E.U.A. a uma viva polémica sobre a chamada cultura de massa. Alguns dos ensaios contidos neste volume assinalam fases importantes dessa *polémica,* visando denunciar, sob formas diversas, quer o carácter «degenerado» da cultura de massa (apetece perguntar de que maneira se construiu a *norma* que funda o critério de degenerescência ...), quer, eventualmente, a sua «natureza mistificante». Os ensaios de Daniel BELL, Dwight MACDONALD e Clement GREENBERG são exemplos flagrantes destas atitudes.

É certo que Robert MERTON e Paul LAZARSFELD procuram um alargamento de perspectivas, referenciando, em termos de análise sociológica, a importância dos centros de poder na produção de mensagens de massa e a diversidade de «capacidades» de recepção dessas mensagens, segundo a situação social dos respectivos destinatários. Mas também neste texto está ausente — e espantaria se não estivesse — o momento teórico apto a dar conta da correlacionação possível dos níveis de significação dessa mensagens com a instância do ideológico e, *forçosamente,* com o *todo* articulado de instâncias (estruturas e práticas *de classe*), que constituem os locais lógicos de caracterização de uma formação social.

Ausente ainda em todo o livro uma análise suficientemente elaborada dos *meios* de comunicação de massa, de forma a evitar o mal-entendido que consiste em não os considerar como *aparelhos ideológico-políticos,* só porque juridicamente pertencem ao «domínio privado».

A «Introdução» de Umberto ECO constitui, entretanto, um oportuno guia de leitura dos ensaios que acima referenciámos, pelo facto de enunciar com clareza as respectivas insuficiências e, adicionalmente, chamar a atenção para a multiplicidade e importância dos objectos que eles *designam.*

Pela nossa parte, gostaríamos de considerar tais objectos como matéria-prima imprescindível de ulteriores ciclos teóricos, desde que estes se caracterizem pela utilização de meios de trabalho circunscritos em *problemática* estruturalmente diversa da que, apesar de tudo, permitiu *reconhecê-los.*

José Madureira Pinto